

# A UDR e o processo eleitoral

Regina Bruno \*

**A** eleição para a Presidência da República aproxima-se finalmente, mas no quadro de descontrole econômico e descrédito generalizado que vivemos, torna-se difícil fazer previsões seguras para os possíveis desdobramentos do atual momento político brasileiro. Apesar de nem a própria eleição estar garantida, algumas coisas podem ser tidas como certas: a candidatura de Ronaldo Caiado não “decolou”, nem tampouco a UDR (União Democrática Ruralista) possui a força eleitoral tão apregoada por seus dirigentes e pela grande imprensa.

Caiado não conseguiu adesão das elites políticas. Ele se viu barrado pelo PDC (Partido Democrata Cristão) sob a justificativa de que não se enquadra no ideário político da legenda, e após a desistência de Jânio Quadros foi terminar no PSD (Partido Social Democrático), que desde o início do ano vinha oferecendo sua legenda a quem pagasse mais.

Ele não teve apoio expressivo dos empresários rurais e dos grandes proprietários de terra do Triângulo Mineiro, justamente onde a UDR é mais forte, e nem mesmo foi unanimidade entre os uderristas. Vários foram os representantes regionais que criticaram sua candidatura publicamente, por temerem a partidarização e o esfacelamento da UDR.

Foto: Arquivo Sem Terra



Em meio a sugestões sobre a questão da Amazônia, e tentando a todo custo safar-se da violência, Caiado encontra dificuldade em elaborar um programa de governo convincente e não consegue formular diretrizes mais gerais para a política econômica, nem apresentar uma proposta para a crise. Sua candidatura talvez não passe de um ensaio para as eleições de 90.

A verdade é que a UDR fracassou na tentativa de impor ao conjunto das classes dominantes do campo uma mesma identidade política, e não conseguiu aglutinar em torno de suas propostas os setores mais conservadores de nossa sociedade. Os motivos e as possíveis implicações desse fracasso são inúmeros, mas, embora necessitemos de uma análise realmente abrangente para compreendê-los melhor, é possível trazer alguns pontos para reflexão.

Antes de mais nada, o que está em jogo na concepção de participação política da UDR é a **sobrevivência e o fortalecimento dos grandes proprietários de terra enquanto classe**. Esse setor da burguesia sente-se ameaçado, por acreditar que sua forma de propriedade e de produção está sendo diariamente posta em xeque por aqueles que demandam terra e pela política econômica dos tecnocratas. Conseqüentemente, necessita criar uma imagem de produtivo e afirmar-se enquanto capitalista, lutar por definir um lugar junto às demais classes dominantes e, assim, assegurar sua permanência nas estruturas de poder.

Neste momento de redefinição e defesa da classe, o campo da política institucional torna-se um espaço importante. Através de uma prática eleitoral a UDR esforça-se para trazer para o terreno da grande política **sua luta corporativa**.

Projetado politicamente, o corporativismo uderrista (1) expressa-se na tentativa de criação de um partido político ruralista, no apoio a candidatos absolutamente fiéis aos princípios da propriedade fundiária e na defesa do voto classista contra o voto partidário. Por sua vez, o discurso político da UDR é a fala da revalor-

zação do mundo rural — “Um produtor no Palácio do Planalto” —, da denúncia à discriminação da agricultura e da preocupação com os destinos da classe: “Lutem agora ou perderão tudo amanhã. Não sejam espectadores de seu próprio fim.”

Não resultante somente das características da UDR, essa prática significa também uma das manifestações da crise político-institucional que se agravou mais ainda diante da impossibilidade de ampla reforma partidária. À exceção do PT, os partidos políticos encontram-se, hoje, descaracterizados como instâncias de formulação de programas mais gerais, o que termina por reforçar, conseqüentemente, a preferência por particularismos e a defesa de interesses próprios.

Para uma compreensão mais profunda sobre a prática eleitoral da UDR é importante que consideremos alguns antecedentes, voltando um pouco no tempo, até uma época quando os impasses do patronato rural na busca por uma melhor representatividade começaram a tornar-se evidentes. Em meados dos anos 70, por exemplo, já é possível detectar um descontentamento crescente entre os grandes proprietários de terra, principalmente no Centro-Sul do país, em relação à ineficácia dos seus canais legais de representação sindical, assim como também em relação aos partidos políticos.

A insatisfação dos donos de terra com seu sindicato dava-se porque este se encontrava distanciado dos “reais interesses da classe” e excessivamente amarrado à burocracia e à política do Estado. Há uma queixa de que alguns dirigentes sindicais haviam-se tomado meros executores do Estado em troca de favores pessoais.

As inúmeras associações de produtos e produtores que, ao longo dos anos, se organizaram paralelamente à estrutura sindical patronal, de certa forma preencheram algumas funções da representação sindical, mas, devido a suas preocupações setoriais, não conseguiam representar plenamente o conjunto da classe. Também os partidos e os políticos deixavam a desejar quando se trata-

va dos interesses do patronato rural. “Eles não vestem a nossa camisa com a disposição necessária e amaciam a voz se a platéia estiver recheada de comunistas” (2), denunciava posteriormente Ronaldo Caiado, cujo desprezo pela política institucional será um dos traços marcantes na defesa da autonomia da UDR.

Esse descontentamento contribuiu para reforçar o sentimento de defesa da classe e de construção de novas lealdades, ocasionando uma urgência em revitalizar suas formas de organização, indispensáveis ao confronto com os “novos tempos”, que emergiam com o acirramento da luta pela terra, o avanço da organização dos trabalhadores rurais, o surgimento de novas forças políticas atuando no campo e uma maior subordinação da agricultura à indústria.

Desvendam-se, nesse momento, para os donos de terra, as contradições do projeto modernizante dos governos militares, pois nem tudo resumia-se ao crédito fácil e subsidiado, aos incentivos fiscais ou à garantia da intocabilidade do regime de propriedade vigente. As transformações da agricultura abriram “rombos nas estruturas de dominação, nos nichos de poder local e nas bases sociais do clientelismo”. (3) O resultado foi um vazio político que muito contribuiu para que novas formas de dominação e de contestação se manifestassem.

Dentre as alternativas para a crise de representação destaca-se a criação de um partido político ruralista que teria por objetivos conter as forças sociais emergentes e recompor a representatividade da classe junto ao Estado e à sociedade.

A despeito da desqualificação da política institucional, Ronaldo Caiado surge, já nesse momento, como um dos principais articuladores de um partido da classe rural que se empenharia “na defesa do produtor rural e no combate à Igreja e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra”. (4)

Entretanto, no desenrolar do processo de criação da UDR e da reação à Proposta do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), foi momentaneamente afastada a idéia de um partido ruralista. Baseados na

experiência da Igreja e da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), nos anos 70, eles tinham claro que não era necessário organizar-se formalmente enquanto partido para que agissem como tal, uma vez que, em determinadas conjunturas, as entidades civis substituem perfeitamente a prática político-partidária. (5)

A UDR, então, apropria-se da insatisfação existente e aproveita-se das brechas da crise de representação para despontar como "o mais legítimo porta-voz do conjunto dos produtores rurais", por considerar-se a única a deter um novo projeto político e a perspectiva de construção de uma nova identidade de classe.

Apostando num confronto armado entre latifundiários e trabalhadores sem terra, e temendo uma forte mobilização popular em favor da reforma agrária, ela opta por constituir-se como uma entidade autônoma, "não-atrelada ao Ministério do Trabalho e sem compromisso com cartas partidárias". (6) Depois de afastado o perigo da reforma agrária e com o movimento camponês sob controle, os grandes proprietários de terra continuaram defendendo a autonomia da UDR, por considerá-la essencial tanto ao tipo de prática a que se propunham quanto para acobertar o duplo discurso do ataque e do apelo ao Estado.

Não resta dúvida de que a UDR é o espaço da autonomia, é o terreno privilegiado da prática não-institucional dos donos de terra, o que não significa que eles abram mão da participação nos sindicatos, nos partidos políticos, nos órgãos ministeriais e nas demais instâncias do Estado. Eles não apenas se encontram intimamente comprometidos com a institucionalidade burguesa como, também, é exatamente através dessas instâncias que os grandes proprietários de terra aglutinados na UDR mantêm e exigem a tutela do Estado em benefício próprio, garantindo maiores privilégios para suas atividades, ao mesmo tempo em que têm respaldado o governo Samey e consolidado alianças com os demais setores da burguesia. Daí porque considero fundamental refletirmos com mais vagar sobre a natureza da

crise de representação patronal e o espaço da autonomia de que a UDR é a manifestação mais visível.

O que se observa na questão da participação político-partidária é que a discussão em torno da alternativa entre transformar-se em partido político ou manter-se como força autônoma permeia toda a trajetória da UDR e tem sido o fator principal de suas divergências internas e rachas. Quanto mais distanciado da direção, mais o militante uderrista posiciona-se contra a participação na grande política.

Até o final dos trabalhos na Constituinte a discussão interna da UDR oscilou entre essas duas posições. Quando deslança a campanha para as eleições municipais, em meados

de 88, percebe-se, contudo, uma mudança significativa nas declarações de seus dirigentes: há uma opção pela manutenção da entidade e a possível criação de um partido político como seu desdobramento — um braço partidário próprio. Dá-se também o reconhecimento das estruturas partidárias como o caminho natural da representação política na sociedade. Caiado expressa bem essa idéia quando, derrotado nas eleições municipais, questiona-se: "De que adianta uma classe ou um setor estar organizado e não ter representação política?" Para Caiado, o fato de o PT ter-se transformado em instrumento de ação política dos sindicatos significa que o mesmo poderia acontecer com a UDR. (7)

Foto: Arquivo Sem Terra



Uma rápida incursão na participação da UDR nas campanhas e eleições dos últimos anos possibilitará lançar uma luz sobre o sentido de sua atuação, seus objetivos e impasses.

Na campanha de 86, a UDR definiu como meta prioritária de ação a garantia de uma maior representação na Constituinte, objetivando impedir toda e qualquer iniciativa na condução e elaboração de leis que abrissem uma brecha para a reforma agrária. Suas lideranças ofereciam abertamente assessoria e apoio financeiro a todos aqueles que votassem como votaria um autêntico proprietário de terra, assumindo a defesa da livre iniciativa e o combate à reforma agrária.

Embora o discurso da livre iniciativa fosse um instrumento para a política de alianças com os demais setores do empresariado rural e urbano, ele tem como fundamento tão somente a inviolabilidade e o caráter sagrado da grande propriedade fundiária — sendo esse o sentido básico de toda a argumentação e ataques da UDR: a não-interferência na regulação do regime de propriedade vigente.

Sem dúvida a UDR saiu revigorada nas eleições de 86. Sua atuação junto aos candidatos à Constituinte deu-se em um momento de conjuntura muito favorável a seus propósitos: há o recuo do governo Sarney à Proposta do PNRA e intensifica-se a repressão contra os que lutam pela terra, enquanto o governo mostra-se inflexível frente às invasões de terra e é fraca a mobilização popular em torno da reforma agrária. Além do mais, a UDR encontrava-se fortalecida junto aos demais setores dominantes que apostavam na desestabilização da transição, e junto a seus principais aliados: na época do Plano Cruzado, ela foi voz ativa contra a Lei Delegada nº 4, que estabelecia a punição para os sonegadores de mercadoria, dentre eles os pecuaristas.

Deslumbrados com sua suposta força eleitoral, encorajados com a vitória política no Congresso Constituinte e satisfeitos com os rumos da transição, eles se esqueceram de

que seu enredo também desenrola-se para além de suas fronteiras políticas e de classe. Mas — como já diz o prof. Florestan Fernandes, “grandeza fora do lugar significa ridículo ou catástrofe” — a atuação da UDR nas eleições municipais de 88 esmerou-se na mesmice de suas táticas, abusando da intransigência e da inabilidade política. (8)

Incapazes de perceber que o processo político é bem mais amplo que seus interesses corporativos, e por demais envolvidos com suas questões, as cabeças pensantes da UDR acreditaram possuir representatividade suficiente para negar, transgredir e atuar acima das já autoritárias regras institucionais, e não compreenderam que as alianças costuradas na Constituinte em torno da propriedade da terra, que atingem interesses articulados nacionalmente, não necessariamente se estendem a outros espaços políticos. Foram, assim, surpreendidos pela dinâmica particular das alianças eleitorais e das especificidades regionais.

Ao subestimar a força e a representatividade dos partidos políticos, esqueceram que estes, apesar de fracos na luta corporativa, não o são no campo da política institucional, e que, mesmo em meio a uma crise, ainda detêm uma tradição de voto.

Durante a campanha de 88, as divergências políticas entre os grandes proprietários de terra e os uderristas afloraram em inúmeros Estados. Por não aceitar a diversidade política entre seus próprios associados, a UDR quer fazer crer que os atritos e rachas deveram-se somente à fragilidade das lealdades, sem perceber que fora do ruralismo cada um já possui seus engajamentos partidários.

A UDR, certamente, obteve alguns ganhos nas eleições municipais de 88. É possível mesmo que, numa conjuntura favorável, venha a capitalizá-los em benefício próprio, ou que já esteja desfrutando dos resultados da conquista de muitas Prefeituras do interior, fortalecendo-se regionalmente.

Um outro fato que merece nossa atenção é sua capacidade de arregimentar os pequenos produtores

das áreas modernizadas e das regiões de fronteira agrícola. Isso faz parte de uma nova ofensiva das classes dominantes e do Estado junto à pequena produção no Brasil. É uma investida muito mais sofisticada que as políticas anteriores, porque se respalda numa suposta ideologia participativa e estabelece políticas diferenciadas para quase todas as categorias de pequenos produtores. Seu objetivo consiste em controlar as condições de reprodução social da pequena produção e de intervir diretamente no espaço da organização — exatamente o lugar onde a pequena produção constrói, juntamente com os demais trabalhadores rurais, sua identidade de classe e seu projeto político —, como forma de quebrar a resistência e de controlar a emergência de uma reação contra uma gestão autoritária que continua dissociando a política agrícola da política agrária e que exclui os interesses do conjunto dos trabalhadores rurais. No caso da UDR, além de lhes oferecer assessoria técnica, jurídica, e de incentivar a formação de associações, ela elabora todo um discurso da identidade de interesses entre as duas classes em torno da luta por melhores preços e condições de crédito. O fato é que a UDR resgata tão somente a dimensão do movimento do capital que possibilita a formação de um campo de interesses não necessariamente excludentes. Já fragilizados e sem uma direção política que transforme o cotidiano de suas lutas sindicais, esses pequenos produtores encontram dificuldades em perceber que o discurso da UDR encobre uma segunda dimensão do capital, qual seja, o monopólio e a apropriação privada, cerne da questão agrária, da luta pela terra e da violência dela decorrente.

Importa dizer que, politicamente, a UDR foi derrotada pela vitória do PT e preterida pelas elites políticas e pelos empresários como uma possível alternativa à sucessão presidencial, pois, para eles, Caiado encarna o papel da direita selvagem, incapaz de dialogar com as demais correntes políticas. Eles vêem claro que o radicalismo do candidato uderrista é desnecessário hoje, porque a crise

da transição não afeta a dominação burguesa, mantendo-se incólumes seus instrumentos fundamentais.

Ao tentar transformar sua derrota em vitória, a UDR saiu mais derrotada ainda, porque se viu desgastada tanto no terreno político quanto no sindical.

Partindo de uma avaliação de conjuntura equivocada — que retrata mais suas aspirações do que a realidade —, suas lideranças apostaram na radicalização política, reduzindo o novo momento que se abre com a campanha presidencial a sua fórmula mais simplória: a polarização entre a direita e a esquerda.

As questões aqui arroladas provavelmente não são as decisivas para a compreensão da UDR, nem para se pensar a prática política da grande propriedade hoje, mas nos facultam um novo ângulo de observação.

Apesar dos impasses e fracassos, convém lembrar, o tipo de prática da UDR contribui para viabilizar uma determinada concepção de prática

sindical e política que muda a noção de representação e de representatividade, porque dissocia e relativiza o peso das estruturas legais e institucionais como instâncias de representação da classe. Os latifundiários são hoje um setor organizado, mais visível, com reivindicações próprias, e nada os impede de que sejam voz ativa e uma força nas soluções autoritárias, ou de que inviabilizem, mais uma vez, qualquer tentativa de de-

mocratização da propriedade da terra. Porque, apesar dos impasses e fracassos, é exatamente esse tipo de prática que contribui para aprofundar a radicalização das lutas no campo, em benefício da grande propriedade e da dominação capitalista.

(\*) Professora e pesquisadora do CPDA-UFRRJ. Este artigo contou com a colaboração de Leonilde Medeiros (CPDA-UFRRJ, Mailda Porto (Abra-Campinas) e Suzana Pessoa (Facha-RJ).

## Notas

- (1) Sobre o corporativismo da UDR ver PÁDUA, José Augusto — "A UDR e seu tempo" — in PRESENÇA — Revista de Política e Cultura, RJ, nº 12, jul. 1988.
- (2) JORNAL DO BRASIL, 25.07.86.
- (3) Ver MARTINS, José de Souza — "Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia" — in TEMPO SOCIAL — Revista de Sociologia da USP, vol. 1 (1), 1º sem. 1989, pp. 138/143.
- (4) SENHOR, 03.06.86.
- (5) ISTO É, 14.05.86.
- (6) SENHOR, 03.06.86.
- (7) FOLHA DE SÃO PAULO, 28.01.89.
- (8) Sobre a atuação da UDR nas eleições municipais de 88 ver TEMPO E PRESENÇA — Revista do CEDI, nº 239, Ano 11, mar. 1989.

Foto: Arquivo Sem Terra

